

# GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO BAIRRO CENTRO DA CIDADE DE IGUATU, CEARÁ

Pablo Sthefano Roque de Souza Bandeira<sup>1</sup> | Maria Lopes Fiebig Silva<sup>2</sup>  
Camile Silva Pinheiro<sup>3</sup> | Andréa Ferreira Silva<sup>4</sup>

*Como citar:* Bandeira, P. S. R. de S., Pinheiro, C. S., Silva, M. . L. F. ., Silva, A. F. .  
GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA  
MÃO DE OBRA FEMININA NO BAIRRO CENTRO DA CIDADE DE IGUATU, CEARÁ.  
*Revista Análise Econômica E Políticas Públicas - RAEPP, 1(02), 2–19. 2021.*

**Resumo:** Este trabalho tem como base teórica diversos questionamentos acerca à problemática de gênero e como estas afetam as relações trabalhistas modernas. O objeto de estudo deu-se exclusivamente pela população feminina da cidade de Iguatu – CE onde de acordo com os resultados, foram analisadas as variáveis referentes à contribuição e suas principais características. Os objetivos conceituam a observação do perfil socioeconômico das mulheres em situação economicamente ativa que exercem sua profissão. A justificativa possui grandes influências para as pesquisas sociais: o caráter transformador proveniente dessa temática em particular e a carência latente acerca dos estudos sobre gênero na presente região.

**Palavras-chave:** Gênero. Mercado de Trabalho. Desenvolvimento.

**Abstract:** This work is theoretically based on several questions about gender issues and how they affect modern labor relations. The object of study was given exclusively by the female population of the city of Iguatu - CE where, according to the results, they were analyzed as variables related to the contribution and its main characteristics. The objectives conceptualize the observation of the socioeconomic profile of economically active women who exercise their profession. The justification has great influences for social research: the transformative character arising from this particular theme and the latent lack of studies on gender in the present region.

**Keywords:** Gender. Labor Market. Development.

## 1 INTRODUÇÃO

A motivação inicial de observar, pesquisar e discutir as relações de gênero sempre é acompanhada de uma inquietação material acerca da realidade reservada ao

<sup>1</sup>Mestrando, Universidade Federal do Ceará. E-mail: bandeiraroque@gmail.com.

<sup>2</sup>Mestranda, Universidade Federal do Ceará. E-mail: mariafiebig@hotmail.com.

<sup>3</sup>Mestranda, Universidade Federal do Ceará. E-mail: cmlspinheiro04@gmail.com.

<sup>4</sup>Doutora em Economia Aplicada, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: andrea.economia@yahoo.com.br.

mundo feminino e ao processo histórico de subjugação e inferiorização que o acompanha. Esse fenômeno, como é possível observar, assumia inúmeras características sistemáticas e de padrão conservador, a fim de justificar e naturalizar os comportamentos androcêntricos da sociedade. Dentre essas características, é possível citar o argumento médico e biológico existente nos séculos passados de que a mulher, por conta de seu fenótipo, era frágil e deveria ficar retida somente a atividades reprodutivas condicionadas pela esfera privada (trabalho doméstico, criação dos filhos e etc.). Santana et al. (2014) reforça essa afirmação, dizendo que para algumas sociedades, a mulher era considerada um ser frágil e, em alguns casos, de segunda categoria e incapaz de desempenhar determinadas funções e tarefas.

Ainda na atualidade, é possível identificar diversos fatores que impedem a inserção da mulher na esfera produtiva do mercado. Nessa perspectiva, as questões que envolvem o preconceito construído ao redor da capacidade feminina de realizar atividades que são, “teoricamente” masculinas, torna-se um parâmetro fundamental para a observação dos índices de crescimento profissional e pessoal das mulheres numa sociedade patriarcal. Ainda nesse âmbito, o aspecto familiar baseado nas relações históricas, torna-se um fator decisivo para a articulação existente entre as atividades de cunho profissional (esfera pública) e as de cunho doméstico e/ou familiar (esfera privada). Essa dupla jornada de trabalho feminina, como é nomeada, faz com que as mulheres busquem exercer atividades produtivas que permitam a flexibilidade temporal e que as unam em espaços, como forma de reduzir preconceitos e conflitos existentes (SANTANA et al., 2014). Nessa condição, também se deve considerar que, principalmente nas últimas décadas, houve uma quebra de alguns paradigmas existentes na questão da divisão sexual do trabalho.

É comum, por exemplo, observar a quebra da instância familiar anteriormente citada, onde assiste-se uma troca de papéis historicamente determinada entre homens e mulheres. Torna-se comum, então, a ocupação feminina em lugares que eram teoricamente masculinos e a ocupação masculina em lugares que antes eram teoricamente femininos. Decorrente dessa desconstrução secular, é possível constatar um evento interessante relacionado à desigualdade imposta às mulheres, quando da existência de dados mostrando que entre 2001 e 2011, o número de mulheres empreendedoras no Brasil cresceu cerca de 22%.

Levando em consideração os dados apresentados, este trabalho justifica-se pela importância da contribuição feminina para a estruturação do Mercado de Trabalho com base nas discussões relativas à gênero, suas causas, consequências e como elas impactam na vida das mulheres que trabalham, principalmente, na área do Bairro Centro da cidade de Iguatu, Ceará.

Ressalte-se, que a realidade empírica dessa problemática é de caráter transformador para a efetiva qualidade de vida de determinada população deste município. A problemática, por sua vez, acaba por indagar uma questão muito específica acerca do exercício trabalhista e seus impactos na população feminina que se encontra nesta área: Qual a contribuição das mulheres economicamente ativas do Bairro Centro para a estruturação do mercado de trabalho da cidade de Iguatu?

Para tal problemática, também existe uma justificativa de caráter social que pode ser trabalhada juntamente da principal propriedade do estudo da economia: a capacidade inerente deste de modificar positivamente os meios que existem ao seu redor e de trabalhar com as diferentes realidades que compõem uma sociedade. A fim de atender tais pretensões, a pesquisa em questão foi realizada através da elaboração

de um perfil socioeconômico das mulheres economicamente ativas no Bairro Centro, utilizando métodos estatísticos e análises descritivas.

1. Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar o comportamento da mão de obra feminina para a estruturação do mercado de trabalho, através da discussão em torno de gênero, suas características e subjetividades no Bairro Centro de Iguatu, Ceará primeiramente através da conceituação da problemática de gênero e sua correlação com a economia, no que se refere às características do mercado de trabalho e desenvolvimento humano do Bairro Centro de Iguatu, Ceará e secundamente caracterizar o perfil socioeconômico das mulheres Economicamente Ativas no Bairro Centro da cidade de Iguatu através de uma análise do comportamento das mulheres Economicamente Ativas e sua influência para a estruturação desse mesmo mercado de trabalho.

## 2 METODOLOGIA

Antes de estabelecer uma questão metodológica principal e de base unicamente linear para este estudo, é necessário, previamente, entender algumas questões de caráter imprescindível a essa investigação científica em particular. Primeiramente, é crucial que o pesquisador saiba captar e compreender as especificidades do local trabalhado, em outras palavras, conceber o conhecimento de que por se tratar de uma temática relativamente nova em relação aos lócus configurados para pesquisa, é possível utilizar de várias metodologias para analisar a questão delimitada.

De acordo com Severino (2007, p. 226) apud Santos (2016, p. 18) uma pesquisa científica é importante para o processo construtivo “dos objetos do conhecimento e a relevância que a ciência assume na nossa sociedade”.

### 2.1 Lócus do Estudo

O estudo foi realizado no Bairro Centro da cidade de Iguatu, município localizado no interior do Centro-Sul do estado do Ceará. A cidade, criada no ano de 1831, possui cerca de  $1.029\text{km}^2$  de extensão e conta com aproximadamente 102.614 habitantes e uma densidade demográfica de  $93,76\text{hab}/\text{km}^2$ .<sup>1</sup> No que se refere às questões econômicas, Iguatu encontra-se com o maior PIB *per capita* de sua microrregião, chegando em um total de R\$13404,77. Considerando outros fatores, também é necessário argumentar que cerca de 77,2% das receitas encontradas neste município são caracterizados por fontes externas.

As atividades econômicas de maior destaque presentes nessa região são qualificadas como atividades de comércio de bens de consumo tais como farmácias, drogarias, produtos alimentícios, roupas e acessórios e varejo relacionado somente a materiais de construção.

A escolha do bairro em estudo deu-se por diversas razões que cabem, principalmente, pela necessidade de atender os objetivos propostos pelo presente trabalho. Nessa condição, é pertinente mencionar que o bairro em questão é considerado o principal foco do comércio iguatense e, essencialmente, é também onde estão concentradas a maioria das atividades citadas anteriormente. Além disso, a escolha do lócus também se justifica pela melhor acessibilidade à população entrevistada, uma vez que o pesquisador reside nesta cidade.

## 2.2 Abordagem

No que diz respeito à abordagem, esta caracteriza-se pela combinação quantitativa e qualitativa, respectivamente. A aplicação da primeira se justifica pela necessidade de descrever categoricamente a existência da figura feminina no mercado de trabalho iguatense, sua situação socioeconômica e quais funções, majoritariamente, são ocupadas por elas nessas circunstâncias.

Em segundo momento, a investigação de cunho qualitativo foi utilizada como fonte de fundamentação acerca da realidade social que existe em torno destas mulheres. Para Minayo (2012, p. 21) apud Santos (2016, p. 19) a pesquisa qualitativa, se ocupa de um “universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Dessa forma, as vivências em suas determinadas ocupações, suas experiências e suas histórias não serão observadas somente como fontes de dados primários, mas sim como parcelas expressivas de um fenômeno social existente e significativo.

## 2.3 Coleta e Análise dos dados

As primeiras técnicas utilizadas para o embasamento teórico encontrado no primeiro objetivo específico foram, relativas ao procedimento, dadas como bibliográficas e documentais. Estas, por sua vez, foram originadas a partir de autores reconhecidos em suas próprias áreas de estudo (historiadores, sociólogos, economistas, psicólogos, juristas e etc.) e também a partir de dados disponibilizados através de órgãos que trabalham com essa realidade (como por exemplo, o PNAD, que é fruto do trabalho social do IBGE) todas correlacionadas ao objeto de estudo da diversidade sexual e o mercado de trabalho.

Desta forma, a fundamentação teórica deste trabalho foi circunscrita utilizando principalmente dados secundários, organizados conforme o alicerce de diversas concepções do conceito de gênero, como ele se desenvolve na figura humana e quais são suas consequências frente ao sistema patriarcal de cunho majoritariamente capitalista.

O material acadêmico utilizado para a realização deste objetivo específico, em particular, foi encontrado com ajuda do *software Mendeleey*, v. 1.19/2018, dos bancos de dados da plataforma SciELO, CAPES e IBGE.

Com a pretensão de cumprir o segundo objetivo específico disposto nesse trabalho, o questionário socioeconômico surge como uma fonte segura de trabalhar, representativamente, a realidade do local escolhido para a pesquisa.

Os métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo (público- alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. Isto não quer dizer que ela não possa ter indicadores qualitativos. Desde que o estudo permita, isso sempre é possível (MANZATO; SANTOS, 2012).

Mesmo sendo um método quantitativo, a estatística permite uma abertura qualitativa de cunho histórico e social, transfigurando-o, assim, em mais do que somente uma ferramenta descritiva. Assim, para entender a construção do perfil socioeconômico, é pertinente classificar o processo de planejamento amostral utilizado para a obtenção dos dados apresentados no presente trabalho. Esse tópico também se

justifica pela necessidade de definir, em primeiro momento, o que são as amostras e sua devida importância aos trabalhos científicos.

Segundo Manzato e Santos (2012), o planejamento amostral pode ser definido como um dos processos mais importantes da pesquisa científica, reservando ao pesquisador em questão uma grande responsabilidade acerca da veracidade e da interpretação desses dados. Nesse sentido, essa questão acaba por ser dividida em duas condições distintas que ficam a critério do pesquisador e também da sua capacidade de atingir os objetivos propostos: a amostragem probabilística e a amostragem não-probabilística.

A amostragem não-probabilística é comumente utilizada em trabalhos de cunho estatístico, pela sua simplicidade de execução e também pela impossibilidade do pesquisador de buscar amostras probabilísticas. Isso acontece geralmente em pesquisas que envolvem uma população de tamanho não delimitado, como é o caso exemplificado neste estudo. Como consequência disso, também é importante ressaltar a incapacidade latente de realização da pesquisa por meio de abordagens sistemáticas ou estratificadas.

Nesse sentido, a construção do perfil foi realizada a partir das entrevistas realizadas com 40 (quarenta) mulheres que exercem suas profissões na presente área. É importante ressaltar, também, que a seleção destas mulheres aconteceu de forma aleatória.

Desse modo, o método estatístico será utilizado, principalmente, para a verificação dos dados obtidos a partir do levantamento proposto pelo segundo objetivo específico. A justificativa para sua aplicação parte do pressuposto de que é possível obter uma porcentagem precisa e eficiente em relação às conclusões obtidas e também reforçar a necessidade da construção de dados que sejam coniventes com a realidade encontrada.

Mediante a utilização de testes estatísticos, torna-se possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, bem como a margem de erro de um valor obtido. Portanto, o método estatístico passa a caracterizar-se por razoável grau de precisão, o que o torna bastante aceito por parte dos pesquisadores com preocupações de ordem quantitativa (GIL, 2008).

A pesquisa analítica descritiva constitui um peso fundamental para os processos metodológicos dessa pesquisa como consequência de sua capacidade de detalhar as particularidades existentes em determinado grupo, sejam estes voltados aos campos sociais ou econômicos. Em virtude disso, é possível, com base no que foi analisado e proposto pelo terceiro objetivo específico, delimitar o que o fenômeno estudado é, como ele se caracteriza e quais são suas principais consequências neste mesmo grupo.

### 3 REFERENCIAL TEORICO

O mercado de trabalho existente no Brasil é marcado por algumas características específicas referentes a gênero. Aqui, é possível observar com facilidade a reprodução de um ciclo vicioso de pobreza pautado em formas de discriminação, exclusão social e uma superexposição de determinada parcela da população à situações de extrema vulnerabilidade social.

De acordo com Abram (2006), “[...] as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social”.

Ao analisar a situação da desigualdade social brasileira, pode-se salientar que esta é pautada, originalmente, em uma circunstância básica, mas de forte caráter estrutural: a desigualdade de gênero. Com base nessa situação, é importante ressaltar que a configuração atual do mercado de trabalho demonstra uma natureza ambígua em relação as mulheres. Em termos econômicos, ainda que haja uma crescente taxa de ocupação e inserção do sexo feminino na esfera economicamente ativa, essa parcela ainda é a mais afetada por conta da individualidade machista da sociedade.

Em outro lócus, faz-se importante perceber a dimensão da divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico. No Brasil, por exemplo, a base da separação dos encargos dentro da esfera familiar é de caráter bastante típico, cabendo ao homem, nessa situação, a função de cooperação e nunca de protagonismo do cenário em si.

[...] pesquisas que analisam a divisão sexual das atividades domésticas em profundidade chamam a atenção para o fato de que os homens se envolvem em tarefas domésticas de maneira bastante seletiva. Bruschini (1990), por exemplo, comenta, com base em entrevistas com maridos e mulheres de 25 famílias de classe média e média baixa na cidade de São Paulo, que os companheiros partilham com as mulheres os encargos domésticos, apenas em atividades específicas – como as de manutenção ou conserto – de maneira eventual e a título de ajuda ou cooperação (BRUSCHINI, 2007) .

A dimensão desse problema pode ser constatada facilmente ao observar os postos de trabalhos ocupados pela figura feminina em atividades consideradas reprodutivas. No mundo do trabalho contemporâneo, segundo Queiroz, Diniz e Melo (, p. 67), “um dos setores que mais absorve a força de trabalho feminina é o de serviços. Setor esse que permite evidenciar que frequentemente a força de trabalho feminina tem como característica a atribuição de tarefas monótonas, repetitivas e estressantes”.

É importante revelar que, historicamente, existe todo um aparato estrutural que valida e reproduz inúmeros casos de discriminações entre os gêneros. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2006), tecnicamente, dizemos que há discriminação salarial quando trabalhadores igualmente produtivos, que têm a mesma ocupação e estão inseridos no mesmo segmento produtivo do mercado de trabalho, recebem remunerações distintas.

Nesse contexto, é necessário se atentar aos termos relativos à comparação aqui feita. Os termos “igualmente produtivos” foram utilizados junto a esta definição justamente para trabalhar especificamente as questões que se debruçam sobre a diferença na parcela de horas trabalhadas.

Como já foi mencionado, uma das maiores características que consegue definir o mercado de trabalho brasileiro numa perspectiva geral é a questão da discriminação e da desigualdade salarial latente. Nos estudos apresentados, foram apontadas diferentes questões que servem como base para a explicação desse fenômeno para, com isto, conseguir entendê-lo e, futuramente, solucioná-lo. Como principal exemplo, se pode citar o caso da historicidade existente acerca da subserviência do gênero feminino frente a sociedade patriarcal e como essas multiplicidades são reproduzidas diariamente nas mais diferentes esferas da sociedade.

No aspecto que condiz ao Brasil, em sua totalidade pode-se dizer que as diferenças existentes entre os atributos produtivos são de caráter precisamente imparciais,

visto que é possível observar uma distinção clara não somente entre as horas dedicadas entre os gêneros dentro da esfera do trabalho, mas também em como essas atividades são divididas. Dessa forma, para Fagundes (2001, p. 196):

As mulheres são discriminadas no mercado de trabalho quando, apesar de igualmente qualificadas, recebem pagamento inferior no desempenho da mesma função e/ou recebem salários menores porque têm acesso apenas às ocupações pior remuneradas. No primeiro caso, a discriminação é salarial, e no segundo caso, temos a discriminação ocupacional, onde a variável de seleção é o sexo. Segregação ocupacional implica não apenas que homens e mulheres estejam segregados em diferentes ocupações, mas também que as ocupações nas quais as mulheres se concentram sejam pior remuneradas.

Ao debruçar-se na pesquisa acerca dessas propriedades específicas, um tema em particular transfigura-se numa das condições mais pertinentes e indispensáveis para a construção desse trabalho: a individualidade relativa às condições do mercado de trabalho de cada região brasileira. A princípio, a análise tem como base a situação chave de como os índices de industrialização e desenvolvimento de cada região se relaciona, de grosso modo, a questão salarial e de participação feminina no mercado de trabalho referente.

Em decorrência desse cenário e pela sua relação intrínseca com a área de estudo apontada, justifica-se a existência de uma seção voltada apenas para a representação econômica e social da conjuntura existente na região Nordeste em relação a temática de desigualdade de gênero.

As variáveis apresentadas podem ser convertidas numa estatística simples e de fácil representação na qual demonstra que a atividade feminina no mercado de trabalho nordestino é dada, majoritariamente, pela presença no grupo de prestação de serviços. Esse fenômeno pode ser explicado de várias formas, dentre eles, é importante ressaltar que esta categoria inclui, em si, diversas profissões que demandam uma condição de baixa escolaridade como é o exemplo das empregadas domésticas.

Segundo Barbosa (2014), no Brasil, segundo dados do censo do IBGE (2000), as famílias chefiadas por mulheres representam 24,9% dos domicílios brasileiros. O Nordeste é a região brasileira que apresenta a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres, com 25,9%, acompanhado da região sudeste com 25,6%.

Comparando com o índice existente em todo o território brasileiro, IBGE (2012) apud Costa e Marra (2013, p. 141) revela que: “[...] em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3%].

Utilizando-se do pretexto apresentado, se torna de suma importância ressaltar que a perpetuação das variáveis apresentadas serve também como embasamento científico para trabalhar com questões mais significativas, como, por exemplo, o índice de mortalidade feminina resultante de agressões, principalmente nas regiões com maiores índices de vulnerabilidade social.

Estima-se que 70% dos óbitos por agressão em mulheres sejam relacionados à desigualdade de gênero, no entanto o uso de todos os óbitos como uma aproximação dos casos de feminicídio, não superestimam a mortalidade por esse evento. Tendo em vista a compensação da sub-notificação ou diagnóstico mal definido de agressões em mulheres, sobretudo, nas regiões mais pobres do país (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011, p. 564)).

A crescente tendência do feminicídio acaba não se tornando uma questão de simbolismo meramente social por suas motivações, mas sim uma das inúmeras consequências do comprovado abandono econômico de diversas áreas da sociedade, incluindo profissionais das Ciências Econômicas para/com o desenvolvimento generalizado de determinadas áreas brasileiras dadas como improdutivas. Segundo Meneghel e Hirakata (2011, p. 567):

Apesar dos óbitos femininos representarem 10% das mortes por agressão, este agravo se constitui um problema social pelo fato da maior parte desses óbitos estarem relacionados à questão de gênero. Tal realidade pode ser explicada pelas relações desiguais de gênero fortemente presentes na sociedade brasileira, que no seu maior grau gera o homicídio.

Levando em consideração os dados apontados, é possível verificar de forma sucinta diversas características de cunho misógino que se apresentam na totalidade da realidade da região Nordeste, estas, por sua vez, não se reservam somente ao imaginário cultural acerca da figura feminina e transfiguram-se numa condição de natureza social e econômica.

Essas questões, por sua vez, trazem à tona uma série de questionamentos acerca da relativização do termo desenvolvimento humano e o que realmente é discutido quanto à sua aplicação nas áreas que possuem como característica principal a demanda por políticas sociais que consigam ser trabalhadas de forma assertiva e praticável, afinal, a evolução, nesse sentido, não se dá apenas por fatores relacionados ao capital, mas sim pelo bem-estar da sociedade que a compõe. Nessas condições, Scarpin e Slomski (2006, p. 911) conceituam:

Essa ideia se baseia no pressuposto de que o progresso de um país ou município não pode ser mensurado apenas pelo dinheiro que seus cidadãos possuem (ou carecem), mas também pela sua saúde, a qualidade dos serviços médicos e a educação. Essas medidas devem ser consideradas não só pela disponibilidade, mas também pela qualidade. Também é necessário conhecer as condições de trabalho, de quais direitos legais e políticos usufruem seus cidadãos, que liberdades possuem para conduzir suas relações sociais e pessoais, como se estruturam as relações familiares e entre os gêneros e como tais estruturas promovem ou dificultam outros aspectos da atividade humana.

No processo de reflexão acerca da crítica realizada aos moldes analíticos das perspectivas de desenvolvimento, sobretudo o humano, conclui-se que pela sua infinidade de interpretações, esta não se limita somente às conjunturas econômicas e acaba perpassando também para o viés político. Amartya Sen (2010) trabalha a visão política do desenvolvimento a partir do conceito das liberdades individuais que são garantidas aos indivíduos nos governos de caráter democrático e, para mais, sua conexão intrínseca com a esfera econômica teoricamente estável existente nesse âmbito. Desse modo, Marques (2010, p. 122) ressalta:

Como é possível observar, se faz necessário estabelecer uma ligação clara entre a importância de uma análise acerca dos índices de desenvolvimento humano e a questão da vulnerabilidade socioeconômica da região Nordeste, onde situa-se o lócus da pesquisa. Além das questões relacionadas ao alto índice de feminicídio apresentados na região em questão, muitos pesquisadores atuantes na área da saúde se debruçam sobre questões de igual urgência como, por exemplo, a insegurança alimentar relacionada, principalmente, com a instabilidade do mercado de trabalho existente.

De acordo com Oliveira et al. (2010, p. 652):

Nestas circunstâncias, vários estudos têm demonstrado a concordância da (in) segurança alimentar com a instabilidade no emprego, insuficiência de renda e baixo nível de escolaridade dos pais de família, implicando graus variáveis de comprometimento na aquisição e consumo de um ou vários alimentos em relação a um ou vários membros da família.

Nessa condição, é importante considerar que a questão analítica por trás das variáveis apresentadas representa, ao lado dos aspectos já citados nesse tópico, uma lógica formal entre os principais fatores responsáveis pelas questões da vulnerabilidade da região Nordeste e da problemática de gênero.

## 4 RESULTADOS

Para que a análise dos dados obtidos fosse realizada da forma mais proveitosa possível, fez-se necessário atentar-se para as singularidades existentes na construção do questionário socioeconômico que busca realizar o que foi proposto nos objetivos deste trabalho. Para tal, a divisão deste capítulo em dois momentos distintos acabou por tornar-se a melhor opção para investigar, de forma precisa, a realidade qualitativa que não fala, mas sim grita, através das variáveis aqui encontradas.

Diante desses aspectos tão particulares aqui revelados acerca da natureza frágil que engloba esse enunciado como um todo, faz-se também necessário delimitar o que será trabalhado neste primeiro momento.

Neste tópico, serão analisadas as variáveis que se relacionam mais comumente com uma perspectiva “macro” da situação em questão e que possuem um caráter de cunho holístico, de forma que esse será complementado com a análise posterior acerca da singularidade doméstica das entrevistadas.

**Tabela 1:** Média de Horas Semanais Dedicadas aos Cuidados de Pessoas e/ou Afazeres Domésticos por Pessoas Ocupadas – Por Sexo

Grupo	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Centro- Oeste	Sul	Sudeste
Homens	10,5	10,2	10,5	12,9	10,3	10,7
Mulheres	18,1	17,2	19,0	9,6	17,3	18,4
TOTAL	14,1	13,2	14,6	16,7	13,6	14,4

Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. (2016)

Na presente tabela, é possível encontrar informações acerca do nível de escolaridade das mulheres inseridas no contexto economicamente ativo na região delimitada. Considerando os elementos apresentados, pode-se dizer que esse índice, por si só, revela inúmeras questões referentes às condições de trabalho, no qual essas mulheres estão envolvidas, tanto pela relevância da educação para a obtenção de empregos de melhor remuneração, quanto por conta de sua capacidade de quebra dos padrões sociais.

De acordo com Balassiano, Seabra e Lemos (2005):

As principais ideias subtendidas da teoria do capital humano mostram que existe uma valorização referente a qualificação profissional no Brasil, nos últimos anos. É enfatizada a ideia de que o investimento em educação, ao aumentar a qualidade da força de trabalho, propicia ganhos de produtividade e

o aumento da criação de postos de trabalho de melhor qualidade, conduzindo ao crescimento econômico.

Para questões de análise, é necessário ressaltar que cerca de 60% das mulheres entrevistadas informaram que possuíam apenas o Ensino Médio Completo. Essa condição, por sua vez, pode ser explicada pela configuração do mercado de trabalho local que se identifica majoritariamente com atividades que não necessitam de um alto grau de escolaridade, como por exemplo, o comércio de bens de consumo caracterizado pela existência de farmácias, drogarias, lojas de roupas, acessórios e varejo em geral.

Ao explicitar que nenhuma das mulheres optou pelas opções de “Nunca estudou” e “Somente Fundamental Completo”, pode-se dizer que, na localidade estudada, o ensino básico está atendendo aos parâmetros desejados quanto à integração dos indivíduos.

Nesse mesmo sentido também é possível observar que 25% das mulheres informou que possuía o Nível Superior Incompleto. Para essa conjuntura, é importante ressaltar as mudanças estruturais que se sucedem no âmbito educacional e que afetam diretamente a instrução para o nível superior da região estudada.

Esta – a educação – é considerada um atenuante do crescimento econômico e das chances individuais de acesso a melhores postos de trabalho. Logo, o capital educacional, acumulado pelo trabalhador, asseguraria não só sua maior produtividade, como explicaria as diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração recebida (BALASSIANO; SEABRA; LEMOS, 2005, p. 36).

Nesse âmbito, dois grandes exemplos podem ser citados: o incremento de Instituições de Ensino Não Gratuitas na localidade e os programas de financiamento estudantil existentes que auxiliam nesse processo de integração, como é o caso do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e do ProUNI (Programa Universidade Para Todos).

**Tabela 2:** Condição Educacional das Mulheres do Bairro Centro – Iguatu, CE (2020)

Condição Educacional	Nº	%
Estuda atualmente	11	27.50
Não estuda	29	72.50
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Bairro Centro. Iguatu/CE (2020)

Como é possível observar, a segunda tabela resultante da pesquisa realizada traz informações que, em primeiro momento, podem parecer contraditórias se comparadas a tabela anterior. Especificamente por esta razão, é imprescindível discutir as condições de acessibilidade do ensino superior para as mulheres em questão. Ademais, ainda que 72.5% das entrevistadas não estejam inseridas em nenhum contexto educacional atualmente, o aumento percentual existente no índice que trabalha com o Ensino Superior brasileiro deve ser levado consideração. Segundo o CES, cerca de 51% dos títulos de doutorado obtidos no país entre 1996 e 2014 foram de mulheres.

Ao analisar a mesma variável a nível Brasil, é concebível relatar que essa ainda não reflete o parâmetro desejado, como é possível observar na pesquisa do IBGE (2017) que revela que 57.2% dos estudantes do nível superior brasileiro são mulheres. Como

é possível observar na tabela abaixo, existe uma importante relação existente entre trabalhar, cuidar dos afazeres domésticos e a não disponibilidade para os estudos.

**Tabela 3:** Motivos de não frequência à escola, curso ou universidade por mulheres em %

Motivos de não frequência à escola	%
Trabalha, está procurando emprego ou começará em breve	28.90
Cuida dos afazeres domésticos, crianças, adolescentes, idosos ou pessoa com deficiência	24.20
Não possui interesse	15.60
Outros	31.30
<b>TOTAL</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Adaptado do IBGE – PNAD Contínua (2017)

Ao continuar a análise, é importante ressaltar que a questão do exercício laboral relacionado às questões domésticas ainda hoje é amplamente discutida pelos estudos referentes à problemática de gênero. Para tal, Alcantara et al. (2004) relata que a persistência da desigualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e a persistente ausência de aplicação dos direitos nas relações laborais colocam como premente o repensar dos efeitos sociais quanto aos referenciais éticos.

**Tabela 4:** Condição Educacional das Mulheres do Bairro Centro – Iguatu, CE (2020)

Renda	Nº	%
Até 1 SM	32	80.00
Entre 2 e 3 SM	05	12.50
Acima de 3 SM	03	7.50
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Bairro Centro. Iguatu/CE (2020)

Trabalhar com a variável renda, nesse caso, requer mais do que somente uma análise simplificada acerca dos processos de discriminação existentes no mercado de trabalho. Esta variável foi escolhida não somente por conta de sua indispensável necessidade para a caracterização do perfil socioeconômico, mas também por conta do leque de opções existentes para a interpretação de como diferentes parcelas da população comportam-se frente ao mercado de trabalho.

Dentro destes questionamentos, existe também a necessidade de ressaltar a importância do salário mínimo para as condições de redistribuição de renda e diminuição da desigualdade latente no Brasil. Nesse sentido, Saboia e Neto (2018, p. 282) ressalta que “há um reconhecimento unânime entre os especialistas de que o SM teve um papel importante na melhoria da distribuição de renda nos últimos anos, tanto pela via do mercado de trabalho quanto através dos diversos mecanismos de transferências”.

De acordo com tudo que já foi visto nos últimos tópicos analisados, entender o vínculo entre eles é de caráter fundamental, principalmente por conta de sua capacidade de refletir a realidade econômica da cidade estudada em termos gerais e como tais problemas podem ser resolvidos futuramente mediante a ação de Políticas Públicas assertivas. Continuamente e conforme os dados apresentados, 80% das mulheres,

quando indagadas acerca de sua renda, informaram que ganhavam um montante de até 1 (um) salário mínimo, em contrapartida, apenas 12,5% do total apresentado respondeu que sua renda variava entre 2 e 3 salários mínimos e, por último, apenas 7,5% das mulheres apresentava uma renda acima de 3 SM.

Esses números, como anteriormente citados, refletem, em parte, na configuração básica do mercado de trabalho encontrado no Bairro Centro. A fim de tornar a explanação ainda mais esclarecedora, é cabível relatar que durante a pesquisa de campo também foi possível observar a relação existente entre os postos de trabalhos exercidos pelas mulheres, sua escolaridade e sua renda adquirida de uma forma ainda mais íntegra. Num exemplo mais concreto, a maioria das entrevistadas que relataram receber até 1 SM exerciam cargos relacionados ao atendimento ao público e, quando questionadas acerca da variável em questão, queixavam-se do salário obtido e lamentavam o abandono dos estudos considerando que, daquela forma, encontrariam uma rotina de trabalho mais estável.

O contexto atual caracteriza-se por todas essas transformações na família, que inevitavelmente se estendem para o mercado de trabalho. Entretanto, o mundo do trabalho, mesmo apresentando avanços, continua preso à lógica patriarcal. As mulheres chefes de família – cujas práticas sociais se apresentam como contradição ao modelo tradicional – sofrem as consequências da desvalorização do seu trabalho (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007, p. 66).

Acerca das outras duas variáveis exibidas, mostra-se que a situação parte de outra circunstância, ao relatar que as mulheres que ganhavam mais de 2 SM, majoritariamente, exerciam cargos relacionados à supervisão, coordenação ou gerência e que, quando questionadas acerca dessa condição, sentiam-se satisfeitas com suas rendas.

Frente a estas considerações, é de extrema importância utilizar de outras fontes para complementar a análise de forma coerente. Para isto, será feita uma análise comparativa com a pesquisa do IBGE datada do ano de 2017, a qual relata as discriminações salariais existentes entre homens e mulheres no território brasileiro. A diferença, nesse sentido, chega a níveis alarmantes quando se considera que a mulher brasileira possui uma rotina de estudos e trabalho superior e, ainda sim, ganha apenas 76,5% do rendimento de um homem na mesma faixa etária.

**Tabela 5:** Etnia das Mulheres do Bairro Centro – Iguatu, CE (2020)

Etnia	Nº	%
Branco	16	40.00
Negro	11	27.50
Quilombola	00	00.00
Índio	00	00.00
Outros	13	32.50
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Bairro Centro. Iguatu/CE (2020)

Cavaliere e Fernandes (1998) explica que existem uma infinidade de variáveis existentes para explicar as diferenças salariais entre os indivíduos inseridos no mercado de trabalho, dentre elas, ela cita as diferentes qualificações, as compensações por diferenças de caráter não pecuniário, como é o caso da insalubridade e riscos de

acidentes de trabalho, engajamento em carreiras profissionais distintas e também as diferentes perspectivas de futuro que variam de indivíduo para indivíduo. No entanto, uma das questões que mais chama atenção dos pesquisadores envolvidos nesta área, é a existência de uma análise irregular de trabalhadores igualmente produtivos baseados em competências não-produtivas como é o exemplo do gênero e raça (etnia).

Nesse sentido, é possível encontrar que um total de 40% das mulheres se reconheciam como branca, 27.5% como negra, 32.5% como outros e os outros dois tópicos (quilombola e índio) não apresentaram nenhuma resposta. Essa condição, por sua vez, pode ser explicada pelo fato de que esses tópicos de resposta não são apresentados no quesito de cor e sim de raça. Como explica Guimarães (2003, p. 105):

Segundo a etnografia que se faz no Brasil, o conceito de raça continua a não ser conceito nativo, ainda que comece a ser adotado por vários grupos sociais, não é um termo usual e de sentido inequívoco. A melhor maneira de se perguntar quando se quer classificar em termos raciais, portanto, continua a ser: “qual é a sua cor?” ou “como o sr(a). se classificaria em termos de cor?” ou variações em torno da pergunta sobre cor. O grande problema é que cada vez mais essa pergunta acaba dando resultados inesperados. No passado, a boa pergunta para se observar a identidade racial era perguntar sobre a cor, mas com toda essa luta ideológica em torno da racialização, cada vez mais, começa a aparecer ruído nas respostas a essa pergunta. O que fazer? Substituir a palavra “cor” por “raça”? Mas, será que a maioria das pessoas aceita e entende a pergunta? Ou será que vai reagir à ideia de raça como reagia antigamente?

Num segundo momento, é necessário explicar que as opções de escolha referente aos pardos estão inseridas previamente dentro da categoria “Outros”. Nesse contexto, ressalta-se a reação das mulheres entrevistadas ao não se deparar com esta opção de resposta em primeiro momento. Nessa condição, foi constatado que a maioria das mulheres passavam por um momento de hesitação antes de responder com qual etnia elas se identificavam, e nesse sentido, muitas relataram ter dúvidas sobre essa questão em particular, e não obstante voltavam-se ao seu corpo a fim de confirmar a que grupo elas achavam que pertenciam.

Para esse fim, um estudo realizado pela Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, no ano de 2009, informou que desde meados dos anos 80, os indivíduos ao serem questionados acerca do quesito cor entravam numa situação de dúvida levantando, assim, o questionamento sobre o porquê do distanciamento ou resistência a categorização da variável étnico-racial (SÃO PAULO, 2009).

Analisando todas as variáveis como um todo até o presente momento, certamente pode-se utilizar das palavras de Cristina (2005) e relatar que as mulheres, na maior parte dos grupos em análise, apresentam maiores níveis de escolaridade ante os homens. Contudo, contrariando o esperado, ganham muito menos que os homens, independentemente de sua auto-identificação racial.

Nesse sentido, as variáveis apresentadas se relacionam de forma bastante sucinta com a vida pessoal das entrevistadas e procuram entender como estas influenciam diretamente no seu modo de viver e trabalhar, ou seja, representam de forma simplificada a perspectiva “micro” do assunto em questão.

Para tal, deve-se ressaltar que essa análise, para fins de clareza, é parte de conjunto que trabalha de forma paralela para transfigurar-se num raciocínio íntegro e ético.

**Tabela 6:** Estado Civil das Mulheres do Bairro Centro – Iguatu, CE (2020)

<b>Estado Civil</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Solteira	14	35.00
Casada	21	52.50
Viúva	01	2.50
Divorciada	00	00.00
União Estável	01	2.50
Outros	03	7.50
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Bairro Centro. Iguatu/CE (2020)

Como um dos segmentos do perfil socioeconômico, a variável “Estado Civil” também é imprescindível para definir as limitações básicas do estado sobre a realidade vivida pelas mulheres em questão. Por esse ângulo, é importante caracterizar, primeiramente, que a maioria das participantes informou estar casada e que este montante, por sua vez, chega a 52.5%. A seguir, o segundo maior montante foram das mulheres que informaram estar solteiras, totalizando cerca de 35% das entrevistadas.

Em outro momento, em torno de 7.5% das participantes utilizou da opção “Outros” para caracterizar a relação com seus/suas parceiros (as), alegando que não possuíam nenhum vínculo jurídico, mas que dividiam a mesma residência. Nesse sentido, as variáveis “União Estável” e “Viúva” equivaleram à 5% da pesquisa, com um somatório mínimo de uma resposta cada um. E, por último, apesar de ser uma categoria inclusa na parte de situação conjugal da entrevista, não participaram do estudo mulheres que eram divorciadas.

**Tabela 7:** Número de Componentes das Famílias das Mulheres do Bairro Centro – Iguatu, CE (2020)

<b>Número de Componentes das Famílias</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
1 pessoa	00	00.00
2 pessoas	13	32.50
3 pessoas	10	25.00
4 pessoas ou mais	17	42.50
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Bairro Centro. Iguatu/CE (2020)

Em primeiro momento, é importante explicitar, de forma clara, a importância da escolha das variáveis que serão analisadas deste momento em diante e sua relevância para compor o questionário socioeconômico, afinal, estas categorias de análise e suas devidas interpretações representam uma posição social cada vez mais ocupada por mulheres no atual contexto familiar. O que está sendo referido aqui não é nada mais que a tendência vertiginosa e crescente da existência de novas configurações familiares, representadas popularmente pelos lares que são chefiados unicamente por mulheres. Nesse sentido, Perucchi e Beirão (2007) em um estudo realizado acerca dos novos arranjos familiares, revelam que quase 20% da PEA de mulheres no Brasil são de mulheres chefes de família.

Ao considerar o fenômeno das mulheres chefes de família como uma particularidade crescente dos lares brasileiros, como já foi apontado neste tópico, considera-se

também que ele está intrinsecamente conectado às interpretações obtidas com a análise da pesquisa de campo, este, por sua vez, trabalha acompanhado das perspectivas obtidas a partir da variável renda como explica Perucchi e Beirão (2007, p. 63):

Dentre as dificuldades vinculadas às responsabilidades das mulheres chefes de família, a escassez de recursos financeiros foi ressaltada como uma dificuldade permanente. Tal escassez atribuída a fatores econômicos e sociais, mesmo sendo uma dificuldade predominantemente apontada nos relatos das informantes, não ocasionou a privação de necessidades básicas

Para este fim, a análise dos dados obtidos revela que 42.5% das mulheres vive com quatro pessoas ou mais na mesma residência, enquanto que 32.5% vive apenas com duas pessoas e somente 25% das entrevistas vive com três pessoas. Ainda que essa opção estivesse apresentada no questionário utilizado para a pesquisa, nenhuma das mulheres informou morar com apenas uma pessoa.

**Tabela 8:** Número de Pessoas Ocupadas nas Famílias das Mulheres do Bairro Centro – Iguatu, CE (2020)

Número de Componentes das Famílias	Nº	%
1 pessoa	03	7.50
2 pessoas	26	65.00
3 pessoas	08	20.00
4 pessoas ou mais	03	7.50
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Bairro Centro. Iguatu/CE (2020)

Prosseguindo com as reflexões acerca do debate existente sobre os lares chefiados por mulheres e em como a figura masculina assume um papel dentro dessa configuração de lar, volta-se à tabela para constar, em sequência, os seguintes dados: prevaleceram na pesquisa, os lares em que duas pessoas trabalham totalizando cerca de 65% da pesquisa, vindo em sequência, os lares nos quais três pessoas trabalham com 20% e os dois últimos tópicos, quando juntos, somaram um total de 15% da pesquisa, contando com três escolhas cada um.

Ao analisar as duas últimas variáveis em conjunto, é possível observar a existência de uma tendência singular: no tópico que trazia o questionamento acerca da quantidade de pessoas que elas moravam, uma grande maioria (42.5%) informou que morava com mais de quatro pessoas. Já no tópico atual, que trabalha com a quantidade de pessoas que são responsáveis pela renda da mesma residência, a inclinação torna-se diferente, considerando que a maior parte das entrevistadas (65%) informou que apenas duas pessoas são responsáveis por esse exercício.

Nesse contexto, torna-se relevante explicitar que ainda que exista a participação masculina dentro do âmbito familiar, este não descaracteriza a definição de um lar chefiado por uma figura feminina. Esse cenário, explica Carloto (2005, p. 10), não é uma questão que trabalha com indagações acerca da ausência ou presença de uma figura masculina, mas sim sobre a manutenção feminina existente e as responsabilidades domésticas que não são divididas igualmente.

## 5 CONCLUSÃO

Os resultados, por sua vez, apresentam uma matriz complementar entre aquilo que foi obtido a partir da análise estatística dos dados e as concepções já existentes na vasta literatura que permeia a problemática em questão. Com cerca de 82% de validade no modelo, as regressões se mostraram como uma fonte sólida para a comprovação das hipóteses levantadas durante a construção desse trabalho monográfico, enfatizando, integralmente, as condições de trabalho exercidas pelas mulheres no Bairro Centro da cidade de Iguatu, Ceará.

Existem algumas expectativas acerca da contribuição que será deixada e nessas, a esperança de que essa problemática seja fruto de inspiração para outros pesquisadores que possuam as mesmas intenções daquele que se coloca em questão. É que a solução desses problemas, nesses parâmetros, não passe como infundável, mas sim como algo em composição. Deixar de citar as transformações acadêmicas que foram alcançadas no percalço dos desafios enfrentados para a existência desse trabalho monográfico seria, em partes, negligenciá-lo em frente a um dos principais objetivos como preceptor de conhecimento.

Em continuidade na citação de suas importâncias, há de se reconhecer a significância dessa temática para a construção de estruturas mais igualitárias na modernidade partindo da desmistificações de raízes culturais ortodoxas e indo em direção a uma modernidade que consiga, de fato, reconhecer a subjetividade de cada indivíduo como um atributo de força e não como justificativa de segregação.

Dada a análise realizada no tópico anterior, é possível construir diversos paradigmas acerca da prospecção do mercado de trabalho iguatense. Nesse sentido, alguns pontos devem ser colocados em pauta frente sua importância quanto à pesquisa realizada, dentre eles: o aumento latente nas variáveis responsáveis pela educação e como essas refletem tendenciosamente sobre a variável renda. O modelo do mercado utilizado na cidade também é refletido ao perceber que, indubitavelmente, a maioria das entrevistadas exercem suas profissões na área comercial.

Essa perspectiva, por sua vez, fala através da não existência de outros tipos de serviços a serem realizados que possam garantir estabilidade financeira e também um crescimento profissional como observados nas profissões de outras áreas.

## REFERÊNCIAS

ABRAM, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência e cultura*, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 58, n. 4, p. 40–41, 2006.

BALASSIANO, M.; SEABRA, A. A. d.; LEMOS, A. H. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? *Revista de Administração Contemporânea*, SciELO Brasil, v. 9, n. 4, p. 31–52, 2005.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de pesquisa*, SciELO Brasil, v. 37, p. 537–572, 2007.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 4, n. 1, p. 1–17, 2005.

- CAVALIERI, C. H.; FERNANDES, R. Diferenciais de salários por gênero e cor: comparação entre regiões metropolitanas brasileiras. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 18, n. 1, p. 158–175, 1998.
- COSTA, F. Á. d. O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 21, n. 1, p. 141–156, 2013.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. [S.l.]: 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e pesquisa*, SciELO Brasil, v. 29, n. 1, p. 93–107, 2003.
- IBGE, I. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua-pnad c. *Rio de Janeiro*, 2017.
- MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. *Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP*, v. 17, 2012.
- MARQUES, G. R. G. Analisando o desenvolvimento: a perspectiva de amartya sen. *Revista Urutágua–academia multidisciplinar–DCS/UEM. Maringá*, n. 22, p. 120–123, 2010.
- MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no brasil. *Revista de Saúde Pública*, SciELO Brasil, v. 45, n. 3, p. 564–574, 2011.
- MINAYO, M. C. d. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. [S.l.: s.n.], 2012.
- OLIVEIRA, J. S. et al. Anemia, hipovitaminose a e insegurança alimentar em crianças de municípios de baixo índice de desenvolvimento humano do nordeste do brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, SciELO Brasil, v. 13, n. 4, p. 651–664, 2010.
- PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia clínica*, SciELO Brasil, v. 19, p. 57–69, 2007.
- QUEIROZ, F. M. de; DINIZ, M. I.; MELO, A. M. S. A violência no mundo do trabalho: o assédio moral e sexual na vida.
- SABOIA, J.; NETO, J. H. Salário mínimo e distribuição de renda no brasil a partir dos anos 2000. *Economia e Sociedade*, SciELO Brasil, v. 27, p. 265–285, 2018.
- SANTANA, W. G. P. et al. Relações de gênero no mundo do trabalho: um estudo com mulheres feirantes no interior da bahia. *XXXVIII Encontro Nacional da ANPAD, Rio de Janeiro. Anais do EnANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD*, 2014.
- SANTOS, A. V. dos. Limites e possibilidades da articulação entre redes de cooperação e desenvolvimento regional sustentável. *Fórum caririense de Economia Solidária (FOCAES)*, 2016.
- SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Contabilidade pública como instrumentos de previsão do índice de desenvolvimento humano na dimensão renda para os municípios do estado do paraná. *ABCustos*, v. 1, n. 1, 2006.

SEVERINO, A. J. A pesquisa na pós-graduação em educação. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 1, n. 1, p. 31–49, 2007.